



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7592 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT11 - Política da Educação Superior

EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÓS- REUNI EM CURSOS DE BACHARELADO E LICENCIATURA NA UFPB

Edineide Jezine Mesquita Araujo - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

Sanya Teles Barbosa - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÓS- REUNI EM CURSOS DE BACHARELADO E LICENCIATURA NA UFPB

1 Introdução

A expansão na educação superior toma magnitude, sobretudo, a partir da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN – Lei 9.394/96) que torna oportuno o crescimento do sistema educacional a partir do aumento das matrículas no setor privado. O processo da expansão da educação superior se constitui sob vias neoliberais imposta pela lógica do capitalismo mercadológico sob influência de organizações internacionais de financiamento. Segundo Mancebo, Vale e Martins (2015), no período de 1995 e 2010, houve um crescimento de 347,15% ao mesmo tempo em que o crescimento de matrículas no sistema público aumentou apenas 134, 58%. Em 2018, 3,4 milhões de alunos ingressaram em cursos de educação superior de graduação, desse total, 83,1% em instituições privadas. Nesse sentido, a rede privada continua em expansão, pois em 2018, o número de ingressos aumentou 8,7%, e quando comparado o ano de 2017 com 2016, o aumento foi de 7,3%.

No setor público, a expansão da educação superior, foi objetivada pelo Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), no período de 2007 a 2012, associada às políticas de inclusão social, materializada pelas políticas de cotas raciais e sociais, regulamentada pela Lei Nº 12.711 de 2012, da qual destina 50% das vagas à sujeitos oriundos de escola pública, grupo étnicos raciais e pessoa com deficiência, oportunizando o ingresso de sujeitos diferenciados ao sistema federal de educação superior. Nesse sentido, ao se considerar o contexto da expansão do acesso o trabalho analisa o processo de expansão de cursos de Bacharelado e Licenciatura na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em que se busca caracterizar, a partir de dados os cenários das matrículas e conclusão em cursos dos diferentes graus. Desta forma, objetiva-se analisar as dinâmicas das

matrículas e conclusão de modo a avaliar as discrepâncias da expansão após o Reuni.

2 Metodologia

A pesquisa adota a abordagem qualitativa, apoiada em dados estatísticos do Censo da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC/INEP/BRASIL) no período de 2012 a 2018. Possui um caráter exploratório e analítico sobre os impactos da expansão da educação superior nos cursos de graduação presencial Bacharelado e Licenciatura no âmbito nacional e UFPB.

Nessa base, foram retirados os dados sobre matrícula e conclusão dos cursos de graduação no tipo acadêmico Bacharelado e Licenciatura da UFPB, no período entre 2012 e 2018, por meio da ferramenta de planilhas Microsoft Excel (2013). Para a análise da distinção das tipologias de cursos abordadas no presente trabalho, utilizou-se os Referenciais Curriculares Nacionais que definem que:

Os Bacharelados se configuram como cursos superiores generalistas, de formação científica e humanística, que conferem, ao diplomado, competências em determinado campo do saber para exercício de atividade acadêmica, profissional ou cultural; as Licenciaturas como cursos superiores que conferem, ao diplomado, competência para atuar como professor na educação básica (BRASIL/MEC, 2010, p.05).

A análise da problemática da expansão de diferentes graus de cursos de graduação toma como referência a categoria prestígio social e capital cultural, como categoria de análise fundamentada a partir da abordagem teórica de Bourdieu.

3 Expansão e evasão em cursos de Bacharelado e Licenciatura na UFPB

No contexto da expansão da educação superior brasileira, destaca-se o aumento do número de instituições privadas. Segundo os dados do Censo da Educação Superior (BRASIL, INEP; 2018), o número de Instituto de Educação Superior (IES) no Brasil, no ano 2006 era de 2.022, privadas e 248, públicas, totalizando 2.270. Em 2012 o número total de IES atinge a marca de 2.416, sendo 2.112 privadas e 304 públicas, já em 2018 esse número passou para 2.238 de IES privadas e 299 públicas, totalizando 2.537 instituições. Ainda, em 2018, 3,4 milhões de alunos ingressaram em cursos de educação superior de graduação. Desse total, 83,1% em instituições privadas. Nesse sentido, a rede privada continua em expansão, pois em 2018, o número de ingressos aumentou 8,7%. Em 2017, quando comparado com 2016, o aumento foi de 7,3%.

Por outro lado, o setor público obtém um tímido crescimento, que ocorreu precisamente, no período de 2007 a 2012 com o Decreto nº 6.096 que institui o Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades

Federais Brasileiras (REUNI), que teve por objetivo a expansão do acesso à educação superior de sujeitos historicamente excluídos da educação superior.

O conjunto das políticas que favorecem a expansão aumentam as oportunidades de acesso ao ensino superior, e cada curso tende a realçar um determinado papel que o indivíduo exercerá na sociedade, reproduzindo, desse modo, uma hierarquia social que é a expressão dos processos de socialização de cada indivíduo na sociedade, bem como o *status* que passará a ocupar na hierarquia social em relação a formação, cursos de Bacharelado para os profissionais liberais, e cursos de Licenciatura para a formação de docentes. Para Prates e Barbosa (2015), as desigualdades sociais do sistema de ensino superior a partir da força do viés acadêmico parece ter um efeito de desqualificação da experiência, valorizando o grau Bacharelado em detrimento das licenciaturas como critério de hierarquização social das carreiras profissionais.

Nesse sentido, as desigualdades sociais não emergem somente das desigualdades econômicas, mas também das dificuldades causadas pela ausência de capital cultural no acesso à bens simbólicos, materializado através do prestígio e da honra, ou da falta de ambos, que permite identificar os agentes no campo social (BOURDIEU, 2015). Nesta feita, o termo capital é entendido, não apenas como o acúmulo de bens e riquezas econômicas, mas também como um recurso ou poder que se configura em uma atividade social.

Ao chegar no ensino superior, o indivíduo condicionado a uma privação cultural, material e, por conseguinte, simbólica, possui muito mais chances de evadir do curso, pois, além das dificuldades concretas inerentes à vida cotidiana, também se depara com mais um tipo de obstáculo, a barreira cultural imposta pelo capital simbólico. Nesta perspectiva é possível assinalar que a falta de capital simbólico influencia diretamente na conclusão de cursos superiores, pois a falta de capital simbólico, espelha, muitas vezes, uma impossibilidade de se adquirir cultura e conhecimento, por conta de um contexto socioeconômico materialmente desfavorável. De modo que se questiona como se configura a expansão em cursos de Bacharelado e Licenciatura na UFPB, no contexto do período pós-REUNI?

A evolução do número de cursos no Brasil, nos anos de 2015 a 2017 apresenta um aumento no número dos cursos de graduação do grau acadêmico Bacharelado presencial, em detrimento dos cursos de graduação do grau acadêmico Licenciatura na mesma modalidade de ensino. Destaca-se o ano de 2017, em que os cursos de Bacharelado representavam 76% do total de 27.079 cursos de graduação na modalidade presencial, enquanto os cursos de Licenciatura, 24% do número total.

Para Prates e Barbosa (2015, p. 330) as possíveis razões para a tendência de abertura de cursos e das matrículas realizada pelo sujeito são variadas, é possível estabelecer distinção entre critérios e racionalidades, “as decisões de abrir novos cursos, quais cursos e o tipo de grau a ser conferido a eles são orientadas por lógicas diferentes daquela do indivíduo que procura se qualificar”. A existência dos traços patrimonialistas no sistema de ensino superior gera a preferência pelo Bacharelado, pois o sujeito tanto pode ser orientado pelo desejo de realização pessoal, quanto por critérios instrumentais tais como: o maior rendimento possível do investimento na escolarização.

Desse modo, na medida em que a classe dominante determina o que é de “maior” ou “menor” valor no campo acadêmico, a forma de hierarquia de cursos reflete e legitimam as desigualdades na sociedade “é o produto da aplicação de critérios dominantes que determina graus de excelência no interior das práticas legítimas” (BOURDIEU, 2015, p. 36).

A maior parte dos candidatos manifestam preferência por cursos de Bacharelado, por

se constituir em maior oferta de vagas e por apresentar maiores opções de inserção no mercado de trabalho. A UFPB, segue a tendência nacional em que o número de matrículas no tipo acadêmico Bacharelado é significativamente maior do que em cursos de Licenciatura. Todavia, no período de 2012 a 2018 registra-se uma queda nas matrículas de ambos os cursos, em que as matrículas em Bacharelado passam de 20.010 para 18.648, e nas Licenciaturas de 6.734 para 6.143, de onde se pode inferir que após o processo de expansão do Reuni vem ocorrendo, paulatinamente, um decréscimo no número de matrículas em instituições federais de ensino superior (BRASIL, MEC/INEP, 2020).

A expansão do sistema de educação superior, após dez anos de aprovação da LDB N° 9394/96 continua em vigor, todavia, contraditoriamente, com crescente número de evasão. Parcialmente, esse fator pode ser explicado também pela implantação do Sistema de Seleção Unificada (SISu) em 2010, ao consolidar os resultados do Enem no ingresso nos cursos de graduação das instituições superiores, na busca de melhores ganhos da expansão, possibilita a mobilidade e o acesso ao ensino público superior mas, como Castelo Branco (2013) acentua, também gera a queda no número de ingressantes no período, após adesão do mesmo pela UFPB.

De acordo com os resultados e desempenho da gestão – Relatório de Gestão de 2019 da UFPB, existem 124 cursos de graduação, sendo 113 presenciais e 11 à distância. Dados do Censo de Educação Superior (Microdados, MEC/INEP, 2018) dos cursos presenciais ofertados pela UFPB no ano de 2018, registram 71 eram cursos de Bacharelados e 26 de Licenciaturas, ou seja: do total de 97 cursos presenciais, 73,2% são representados pelo curso de grau acadêmico Bacharelado e 26,8% por cursos de grau acadêmico Licenciatura.

Com relação a conclusão ao se analisar o mesmo período, em 2012 a 2018 registra-se 1.706 concluintes em cursos de Bacharelado, passando em 2018 para 2.705. E, nos cursos de Licenciatura o número passa de 713, no ano de 2012 para 959 em 2018, havendo maior taxa de conclusão em cursos de Bacharelado, sendo respectivamente 2015 (43,74%); 2016 (54,09%), 2017 (57,31%); 2018 (53,16%) e, nos cursos de licenciatura os dados de conclusão na UFPB apresentam menor percentual 2015 (27,46%); 2016 (51,15%), 2017 (45,93%); 2018 (54,03%)

E, ainda, na busca de conhecer os cursos que são mais procurados, Censo da Educação Superior (INEP, 2017), apresenta os dez maiores cursos de graduação em número de matrículas no período de 2015 e 2017 no Brasil. E, ao se fazer o comparativo como os dez maiores cursos em número de matrícula no mesmo período na UFPB, destaca-se os cursos a mesma indicação, dos cursos de Direito e Pedagogia. Os dados apontam que no âmbito da UFPB o curso de Direito teve 1.563 matrículas e o de Pedagogia 1.382. Vale destacar que esses cursos são considerados respectivamente de alto e baixo prestígio social no mercado de bens simbólicos (BOURDIEU, 2015). Enquanto Direito é um curso de Bacharelado, Pedagogia é um curso típico de Licenciatura.

4 Conclusão

De acordo com os dados e as análises comparativas observou-se o aumento significativo de oferta de vagas em cursos bacharelados e menos nas licenciaturas. A relação matrícula e conclusão nos referidos tipos de grau acadêmico favoreceu reconhecer processos

de retenção e/ou evasão, indicando que a permanência/conclusão do curso se constitui em grande desafio às instituições públicas de educação superior.

O maior número de matrículas em cursos de Bacharelado, pode indicar que o prestígio social expresso por esse grau acadêmico em detrimento da licenciatura pode ser um dos elementos que ajudam a explicar o maior número de abandono nos cursos de Licenciatura. Nesse sentido, cada curso tende a distinguir determinado papel que o sujeito vai exercer na sociedade, reproduzindo, assim, uma hierarquia social que, conseqüentemente, promove um maior *status* social entre os cursos.

Outro dado relevante é que a preferência pelo tipo de grau acadêmico é marcada por fatores sociais, sendo refletida não só no número de matrículas, mas também no número de cursos ofertados. Assim, as desigualdades sociais do sistema de ensino parte, também, de uma perspectiva academicista quando valoriza um tipo de grau acadêmico em detrimento de outro, pois, desse modo, fica evidente que o critério utilizado para tal valorização (e/ou desvalorização) é o da hierarquização social nas formas tradicionais de exercício do poder.

De modo geral, podemos dizer que a ampliação de vagas possibilitada pelas políticas de expansão favoreceu o acesso de mais pessoas no ensino superior público, e quando associada à política de inclusão social, promove o ingresso de sujeitos, historicamente, excluídos deste sistema. Todavia, diferentes processos de exclusão se formam, a retenção e o abandono temporário ou definitivo do curso explicitando assim, o caráter contraditório gerada pela falta de capital cultural de ingressos, principalmente por políticas de cotas. De modo, que outras investigações são necessárias para avaliar os impactos da expansão na instituição e sua continuidade, bem como o os processos de permanência de ingressos, principalmente aqueles que optaram pelas políticas de cotas.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: 16.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Brasília: 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 03 de maio. 2019.

BRASIL. INEP **Sinopses Estatística do Censo da Educação Superior**. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>, Acesso em: 11 jan. 2019.

CASTELO BRANCO, Uyguciara Veloso; NAKAMURA, Paulo Hideo. Reflexões sobre a expansão de vagas na educação superior: A UFPB e os desafios da inclusão. In: JEZINE, Edneide; BITAR, Mariluce (Org.). **Políticas de Educação Superior no Brasil: expansão, acesso e igualdade social**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

INEP. **Censo Escolar da Educação Superior 2017**. Brasília, DF: Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico.pdf
Acesso em: 26 mai. 2020.

Ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araújo do; MARTINS, Tânia Barbosa. **Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010**. Revista Brasileira de Educação. V.20, n.60, jan/mar 2015.

PRATES, Antonio Augusto Pereira; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. A Expansão e as Possibilidades de Democratização do Ensino Superior no Brasil. **Caderno CRH**. Salvador, v.28, n.74, p.327-339, mai./ago. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v28n74/0103-4979-ccrh-28-74-0327.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2020.

UFPB. Universidade Federal da Paraíba. **Relatório de Gestão 2019 – UFPB**. João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://drive.ufpb.br/s/2fxp8gyz5zb7grs>. Acesso em: 17 jul. 2020.

UFPB. Universidade Federal da Paraíba. **UFPB em números 2012 – 2019**. João Pessoa: UFPB, 2019. Disponível em: <https://drive.ufpb.br/s/9XRH8Pzx7JPKZLg#pdfviewer>. Acesso em: 17 jul. 2020.